

# Ensino superior em turismo: Perspectivas e desafios

FERNANDA DE ALENCAR MACHADO ALBUQUERQUE \* [ alencarf@hotmail.com ]

ARMINDO QUILLICI NETO \*\* [ armindo@pontal.ufu.br ]

**Resumo** | O estudo apresentado é parte da pesquisa realizada na Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia/MG, norteada pelo percurso histórico dos cursos de turismo em Belo Horizonte/MG, no período de 1974 a 2012 e intitulada *Trajetória histórica dos cursos superiores de turismo em Belo Horizonte (1974-2012): Entre o determinismo do mercado e a crise da formação profissional*. A partir daí, o presente trabalho tem como objetivo analisar o surgimento dos cursos de turismo, apontando as tentativas de ajustes da formação profissional do turismólogo. Como fundamentação teórica, buscou-se na literatura a temática referente à investigação sendo objeto de análise os quatro cursos superiores existentes. Dessa forma, foram analisados os currículos dos cursos; foi avaliada a formação dos professores; foi apresentada a relação candidato por vaga e a evolução dos alunos concluintes; e, por fim, foi conhecida a constituição das estruturas dos laboratórios de aprendizagem para as atividades práticas e suas ações através da pesquisa e extensão.

**Palavras-chave** | Ensino superior, Curso de turismo, Formação do turismólogo.

**Abstract** | This study is part of a research conducted in the Post-Graduate Program in Education, in the Federal University at Uberlândia-MG, guided by the historical background of tourism courses in Belo Horizonte-MG, from 1974-2012. The Doctoral thesis is entitled *Historical trajectory of tourism college courses in Belo Horizonte (1974-2012): Between the market determinism and the crisis on professional training*. Thereafter, the present work aimed to analyze the emergence of tourism courses, pointing to attempts of adjustments on tourism professional training. As theoretical foundation, we have sought the literature concerning the research topic, and four existing university courses have been analyzed. Thus, the courses curricula have been analyzed, the training of teachers have been evaluated, the candidate per vacancy ratio and the evolution of the graduating students have been presented, and finally, the structures of learning laboratories for practical activities and actions through research and extension have been visited.

**Keywords** | Higher education, Tourism courses, Training in tourism.

\* **Doutora em Educação** pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG). **Professora** do Curso de Turismo da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), e **Bolsista** CAPES e FAPENIG.

\*\* **Doutor em Educação** pela Universidade Federal de Campinas (UNICAMP/SP). **Professor de Filosofia** do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), **Diretor** da FACIP, e **Professor** do Programa de Pós-graduação em Educação da UFU.

## 1. Introdução

É notório que a atividade turística, no mundo, está sendo considerada como grande responsável, sobretudo, pelo desenvolvimento econômico dos países que desenvolvem o turismo. Figueira e Dias (2011, p. 4) descrevem o turismo como “a atividade mais importante do mundo em alguns países, regiões e localidades e constitui um fator determinante nos rumos do desenvolvimento”, porém, ressaltam que este não deve ser tratado apenas como um fenômeno econômico, mas, também, como um fenômeno social, cultural e ambiental.

No Brasil, essa realidade não é diferente. A atividade turística tem crescido a cada ano, pois conforme dados do Ministério do Turismo, em 2013, houve um aumento do turismo de 3,7% no PIB nacional, mostrando um resultado três vezes maior que o ano de 2003. Para Silva (2003), o turismo é um dos setores da economia que mais cresce, sendo capaz de colaborar para a resolução de numerosos e graves problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais do país.

Então, para que o turismo se desenvolva com qualidade, é necessária, conseqüentemente, uma formação profissional também de qualidade. Ainda, de acordo com Silva (2003), o turismo é uma atividade de utilização intensa de capital humano, por isso, somente o ensino e a formação de mão de obra especializada poderão responder aos desafios do setor.

Conforme Groppo e Candioto (2006), o desenvolvimento da atividade turística vai incentivar a profissionalização do campo do turismo e, dessa forma, será necessário recorrer às instituições de ensino para a formação desta nova mão de obra qualificada.

Diversos autores apontam a necessidade de mão de obra qualificada a partir do crescimento da atividade turística. Quando ocorre um investimento maior no setor e ele cresce há, sem dúvida, essa demanda. Dessa forma, a formação profissional na

área é de fundamental importância para o desenvolvimento do turismo.

No entanto, a problemática do fechamento dos cursos de turismo em Belo Horizonte e a baixa inserção do turismólogo no mercado de trabalho, conforme evidenciado através de pesquisa<sup>1</sup>, refletem a hipótese de que a formação desse profissional não está adequada às necessidades do mercado turístico.

Nessa perspectiva, buscou-se no trabalho entender em qual contexto histórico os cursos de turismo foram criados no Brasil; quais são as políticas públicas direcionadas à formação do turismólogo e quais foram as mudanças que ocorreram nos cursos de turismo para atenderem à demanda do mercado turístico.

Assim, refletindo sobre o significativo crescimento da atividade turística e o constante encerramento dos cursos de nível superior em turismo, o presente trabalho tem por finalidade apontar as constantes tentativas dos cursos de ensino superior em turismo de formar um profissional apto e capacitado para atuar no mercado de trabalho, através da trajetória histórica dos cursos superiores de turismo em Belo Horizonte/MG<sup>2</sup>, ao longo de quase quatro décadas (1974-2012<sup>3</sup>).

<sup>1</sup> Em pesquisa realizada por Machado (2006), sobre o perfil dos egressos dos cursos de turismo, do total dos entrevistados, apenas 37% estavam trabalhando na área de turismo. Os entrevistados que não estavam na área perfizeram um total de 36% e os desempregados 27%. Os resultados demonstraram ainda que, daqueles inseridos na atividade, existe, por parte de alguns, uma grande insatisfação devido quase sempre à falta de valorização da sua profissão e aos baixos salários.

<sup>2</sup> Esta cidade foi escolhida por possuir o maior número de cursos de turismo em Minas Gerais.

<sup>3</sup> O recorte temporal foi considerado a partir de 1974, quando foi criado o primeiro curso de turismo em Belo Horizonte, até 2012, pela necessidade de demonstrar a atual realidade dos cursos ainda existentes.

## 2. Ensino superior em turismo e políticas públicas em educação: Diretrizes curriculares nacionais do curso de turismo no Brasil

O ensino superior em turismo no Brasil foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC) com a publicação do Parecer CFE n.º 35/71, que criou o curso superior de turismo. Este parecer deu base para a Resolução (s.n.º) de 28 de janeiro de 1971, que fixou o currículo mínimo e a duração do curso.

Conforme Matias (2005), devido ao crescimento da atividade turística no país, tornou-se necessária a criação de cursos de turismo em nível superior que formassem mão de obra especializada, e a definição do currículo mínimo que fosse capaz de suprir as necessidades do mercado.

Então, já ficava evidenciada que a formação do turismólogo visa atender às demandas do setor, afirmativa destacada por Barreto, Tamanini e Silva (2004) quando descrevem que a concepção de uma formação de competências e habilidades responde, exclusivamente, aos interesses do mercado turístico.

Dessa forma, em meio ao período militar, numa situação de crescimento do ensino superior, principalmente o privado, surge o primeiro curso superior de turismo no país. Trigo (2000) relata que a educação em turismo foi implantada no Brasil na década de 1970, num contexto rico em crises e sonhos em que se vivia um momento de retrocesso político marcado pela ditadura militar.

De acordo com Fonseca (2005), os primeiros cursos de turismo foram criados numa época de grande proliferação de escolas, universidades e cursos de nível superior no país, impulsionados pelo caráter modernizador e desenvolvimentista, atribuído ao regime político e econômico vigente do governo militar.

Na educação, os cursos que promoviam a reflexão, a crítica e a mudança social eram desestimulados,

pois os professores e até mesmos os alunos, eram perseguidos. Bem vistos eram aqueles cursos que estimulavam o avanço tecnológico, promoviam uma visão positiva do momento político com a esperança no sucesso do modelo econômico e com uma visão superficial do funcionamento da sociedade (Barreto, 2001).

Assim, tem-se o surgimento de novos cursos no país, como descrevem Santos e Silveira (2000, p. 54), “Comunicação Social, Jornalismo, Radialismo, Televisão que, junto a Publicidade e Turismo, marcam o papel da informação, da comunicação, do discurso e dos novos consumos”.

Neste caso, os cursos de turismo se encaixavam e eram bem adequados, pois criavam um imaginário de viagens, do *glamour* de lugares diferentes, do luxo. Mostrava aos jovens a imagem de um mundo capitalista onde milhões de pessoas viajam e consomem.

Barretto et al. (2004) apontam que a abertura dos primeiros cursos superiores em turismo surge com a descoberta do turismo como uma atividade promissora. A partir daí houve uma demanda muito grande pelos cursos de turismo, principalmente em São Paulo, o que despertou um grande interesse na abertura de novos cursos pelos empresários que investiam na educação (Barretto et al., 2004).

Dez anos após a criação do primeiro curso de turismo e algumas discussões para a reestruturação do currículo, em 1981, foi criada uma Comissão de Currículos e Programas, composta por bacharéis em turismo, com o objetivo de propor a elaboração de um novo currículo mínimo com habilitações que substituísse o estabelecido pelo Parecer CFE n.º 35/71.

Poucas alterações foram sugeridas e, em 1995, uma nova proposta de currículo mínimo foi formulada. Na época, conforme Matias (2002), a Associação Brasileira dos Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria (ABDETH) promoveu juntamente com a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABB-TUR)<sup>4</sup>, algumas discussões com a finalidade de atualizarem o currículo mínimo do curso de turismo.

<sup>4</sup> A ABBTUR Nacional foi criada em 1987 sendo uma entidade civil sem fins lucrativos. Atualmente denomina-se Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo.

O resultado, a partir daquele momento, foi o Seminário Nacional de Reformulação Curricular dos Cursos de Turismo e Hotelaria que aconteceu no segundo semestre de 1996, em São Paulo. As conclusões do seminário resultaram na proposta de um novo currículo do curso de turismo que foi apresentada à Secretaria de Educação Superior e do Desporto (SESu-MEC).

A partir daí foi promulgada a Resolução n.º 13/2006, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo, revogando-se a Resolução (s.n.º) de 28 de janeiro de 1971, e dando subsídios às instituições de ensino na elaboração das propostas dos cursos.

Assim se entende que, por suas próprias características, a atividade profissional do bacharel em turismo exige uma formação ao mesmo tempo generalista, como uma ampla visão de mundo e de conhecimento de áreas afins, e particularizada, no sentido de o dotar de conhecimentos específicos; especialmente conhecimentos profissionais de interesse e de liberdade de escolha das instituições de ensino superior a serem oferecidas como opção aos alunos na sua formação, nas áreas de agenciamento, eventos, hotelaria, lazer, transportes, alimentos e bebidas, planeamento, entre outras.

Conforme Petrocchi (2001) é imprescindível a um turismólogo o conhecimento e, principalmente, a aplicação da visão sistêmica na sua atividade, visto que o turismo representa um complexo sistema, de onde derivam vários outros subsistemas, como: agências de viagens, hotéis, transportadoras, empresas privadas, instituições públicas, entre outros.

Então, para atingir os objetivos propostos, as diretrizes curriculares enumeram uma série de competências e habilidades que o curso de turismo deve possibilitar ao profissional.

Para a formação do turismólogo, conforme preconizam as diretrizes, a carga horária dos cursos de graduação será estabelecida por resolução específica da Câmara de Educação Superior. Sendo assim, de acordo com a Resolução n.º 2, de 18 de junho de 2007, são necessárias, no mínimo, 2.400 horas, aproveitadas através de disciplinas advindas de (i) conteú-

dos básicos, sendo estudos relacionados aos aspectos sociológicos, históricos, geográficos, dentre outros; (ii) conteúdos específicos, sendo estudos sobre o turismo, economia, direito, administração e outros; (iii) pelo menos um idioma; (iv) e de conteúdos teórico-práticos compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e estágio.

Fica a critério de cada instituição de ensino a definição da carga horária máxima, levando-se em conta a integralização do conteúdo através das diferentes possibilidades de formação.

Por fim, a recomendação de flexibilização curricular, determinada pelos documentos que constituem as políticas públicas para o ensino superior no país, procede do entendimento das constantes mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no perfil dos profissionais, originando a necessidade de ajustes curriculares em diferentes cursos de formação profissional, como também no curso de turismo.

### 3. Os cursos de turismo em Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte é a capital de Minas Gerais. Segundo a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (2014), o Estado tem-se destacado pelo seu desenvolvimento econômico, sendo considerado o segundo centro industrial do país, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo e, também, desenvolvendo-se como um dos maiores centros industriais da América Latina.

No que se refere à atividade turística, Belo Horizonte se sobressai principalmente pelo desenvolvimento do turismo de negócios, sediando eventos de grande importância nacional e internacional. De acordo com dados divulgados no *site* do *Convention & Visitors Bureau*<sup>5</sup> de Belo Horizonte, a cidade

<sup>5</sup> Entidade sem fins lucrativos que visa a promoção e valorização da imagem da capital mineira, buscando o desenvolvimento do turismo por meio da captação e estímulo à criação de novos eventos e destinos turísticos.

é conhecida mundialmente pela sua hospitalidade e sua admirável gastronomia além de possuir uma expressiva infraestrutura turística, contando com espaços modernos e de boas dimensões físicas para os eventos, destacando-se o Expominas que é considerado um dos mais modernos centros de convenções do Brasil. A cidade ainda possui uma rede hoteleira satisfatória, excelentes restaurantes, aeroportos e uma vida noturna bastante atraente.

No entanto, a capital não atrai turistas somente a negócios. O turismo de lazer e cultural igualmente se destaca como outra forma de desenvolvimento da atividade turística. Diante disso, a cidade se tornou um local adequado para a criação de cursos de turismo com o objetivo de suprir a necessidade do mercado turístico em constante crescimento no Estado.

Conforme divulgado em pesquisa realizada por Machado (2006), através do cadastro das Instituições de Ensino Superior do MEC, foi verificado que no Estado de Minas Gerais, no ano de 2006, existiam 43 cursos de graduação em turismo e hotelaria, sendo que em Belo Horizonte havia 13 cursos em funcionamento. No ano de 2012, conforme levantamento realizado pelo MEC, Minas Gerais possuía 32 cursos superiores de turismo e Belo Horizonte apenas quatro, tendo estes cursos sido analisados neste estudo, sobre os quais se apresenta uma breve contextualização.

Por uma questão de ética e para não comprometer a imagem e a situação em que se encontrava o curso de turismo nas instituições, optou-se por não identificá-los, considerando-os apenas como Instituição I, Instituição II, Instituição III e Instituição IV.

O curso da Instituição I foi o pioneiro no Estado, com início das suas atividades em 1974. Em 2009, devido a pouca demanda de alunos e para se adequar melhor às necessidades do mercado turístico, o curso passou por uma reformulação no seu projeto pedagógico. De Bacharelado em Turismo, com carga horária de 3.210 horas passou a ser denominado Tecnológico em Gestão de Turismo com carga horária de 1.600 horas.

A Instituição II foi criada no ano de 1948 e o curso de turismo teve início no segundo semestre de 1998. No ano de 2010 a Instituição II deixa de ofertar o curso de Bacharelado em Turismo, com 3.044 horas e cria um curso em outra modalidade de ensino superior: Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, com 1.922 horas.

A Instituição III foi fundada em 1927, através de decreto do Presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, surgindo a partir da união das quatro escolas de nível superior então existentes em Belo Horizonte. E em 2001, através do Instituto de Geociências (IGC), é que o curso de turismo surgiu, sendo autorizado a funcionar por meio da Resolução n.º 11/2001, de 23 de agosto de 2001, do Conselho Universitário. O curso tem a duração de quatro anos e carga horária de 2.550 horas.

A Instituição IV iniciou suas atividades no segundo semestre de 2000. É uma instituição de ensino, produção de conhecimento e extensão voltada à formação de profissionais e especialistas de nível superior. Dentre os cursos ofertados pela instituição está o curso de turismo que iniciou suas atividades no segundo semestre de 2000, recebendo autorização de funcionamento através da Portaria n.º 738 de 26 de maio de 2000. É oferecido na modalidade de bacharelado com carga horária de 2.432 horas.

#### 4. Metodologia

Para se chegar a resultados que permitissem alcançar os objetivos definidos, considerou-se a pesquisa documental e bibliográfica. Assim, foram analisados os currículos iniciais dos cursos e como os mesmos se adaptaram e se transformaram ao longo da sua história para atender às demandas do mercado de trabalho; foi avaliada a formação dos professores buscando identificar as mudanças ocorridas na estrutura do corpo docente, que teve que se adequar às transformações constantes dos currículos dos cursos de turismo; apresentou-se a relação candidato

por vaga com o intuito de conhecer o interesse dos candidatos pelo curso de turismo observando o período de maior demanda pelo curso, demonstrando, também, a evolução do número de alunos concluintes; e, por fim, buscou-se conhecer a constituição das estruturas dos laboratórios de aprendizagem para as atividades práticas e suas ações através da pesquisa e extensão, pretendendo, assim, verificar o interesse da instituição e dos professores pelo incentivo a essas atividades.

Na pesquisa documental, buscou-se os assuntos apresentados no trabalho através de diversas fontes primárias como as leis, decretos, decretos-lei, portarias, jornais, revistas, atas de reuniões de professores, projetos pedagógicos e internet. Para a pesquisa bibliográfica utilizou-se livros, teses, dissertações e revistas científicas.

Para os levantamentos das informações, documentais e bibliográficas, foram realizadas pesquisas em diversos locais, destacando-se: a Biblioteca da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, do Centro Universitário Newton Paiva, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Estácio de Sá, os arquivos da Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais e o acervo da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

Vale ressaltar sobre as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa para a obtenção das informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho. Na maioria das vezes, em função das diversas alterações da coordenação do curso e dos gestores das instituições, as documentações relativas ao curso, os projetos pedagógicos anteriores e outras informações simplesmente se perderam com o tempo, ou foram deliberadamente eliminadas ou mesmo apagadas dos sistemas sem nenhum critério. Ainda, por parte de algumas instituições, não houve disponibilidade na apresentação dos dados requisitados devido, algumas vezes, à falta de consciência com relação à importância da pesquisa e ao pouco interesse pelo resultado do trabalho.

Ressalta-se, também, como dificuldade encontrada, a inexistência de grupos de estudo, particularmente em Minas Gerais, sobre a temática abordada, impossibilitando o estabelecimento de discussões que poderiam enriquecer o trabalho.

## 5. Discussão dos resultados

No que concerne às mudanças ocorridas nos cursos de turismo observou-se aquelas referentes aos currículos. Notou-se que cada curso dá um formato que acha mais adequado ou mais conveniente à sua estrutura, sendo que as disciplinas são inseridas nos currículos para atenderem às exigências mínimas das diretrizes curriculares, nos eixos de conteúdos básicos, específicos e teórico-práticos.

Ficou evidente que houve uma tentativa, através das diretrizes, de garantir alguns padrões únicos de oferta de disciplinas, em âmbito nacional, objetivando garantir uma maior uniformidade nos cursos criados em todo o país, no entanto foi percebido, mesmo assim, uma grande diversificação entre os currículos gerando uma variedade na formação do egresso, fazendo com que cada aluno saia com uma preparação profissional diferente.

Apesar de todos os currículos serem generalistas, alguns cursos oferecem disciplinas que direcionam mais para uma formação em gestão, outras para o planejamento, e ainda outras disciplinas que são pouco aprofundadas, com carga horária reduzida, na área de hotelaria, eventos, ou agências de viagens.

O fato é que essa variedade de disciplinas ofertadas nos currículos, no mesmo momento que pode possibilitar o enriquecimento do aprendizado e abre um leque de oportunidades profissionais, no outro dificulta a identidade profissional. Isso, além de confundir o próprio mercado, que não vê uma definição e um reconhecimento da real função do turismólogo prejudica os próprios alunos que quando, por algum motivo, precisam fazer uma transferência de uma instituição para outra, não aproveitam, muitas vezes,

as disciplinas e conteúdos que cursaram levando esse aluno a regressar quase ao início do curso, acarretando outras vezes, até à sua desistência.

Observou-se, também, certa desarticulação dos currículos dos cursos no que se refere às nomenclaturas das disciplinas. Os nomes são bastante variados mesmo quando presume se tratar do mesmo conteúdo e, em algumas vezes, com carga horária muito distinta, dificultando, novamente, uma possível transferência do aluno para outro curso. Alguns exemplos que se pode notar:

- gastronomia; alimentação e turismo; alimentos e bebidas;
- introdução ao estudo do turismo; fundamentos do turismo; introdução ao fenómeno do turismo; teoria geral do turismo;
- hospedagem; administração de serviços hoteleiros; hospedagem e turismo; gestão dos meios de hospedagem; gestão dos negócios hoteleiros;
- agências de viagens e transportadoras; agências de viagens e turismo; agenciamento turístico; agenciamento e logística; agenciamento e transporte;
- animação turística; recreação e lazer; lazer e turismo; lazer e recreação em turismo; lazer e entretenimento; sociologia do lazer e do turismo; turismo, lazer e meio ambiente; recreação e animação turística; animação cultural; turismo e lazer; lazer e entretenimento no turismo; e
- eventos; cerimonial e eventos corporativos; eventos turísticos; planeamento e organização de eventos; técnicas de planeamento de evento; planeamento de eventos; produção e gestão de eventos.

Existem ainda disciplinas ‘inovadoras’, que só existem em um determinado curso, o que compromete, também, a convalidação e aproveitamento do aluno em outro curso, como: comunicação de massa; história ambiental; introdução aos estudos da sociedade; organização do espaço geográfico latino americano; atrações turísticas contemporâneas; destinos turísticos internacionais; e consultoria em turismo e hotelaria.

Outro fator verificado em todos os cursos analisados trata da constante alteração do currículo no mesmo curso, com a exclusão de algumas disciplinas e inclusão de outras. Essa modificação acaba por prejudicar o aluno que fica devendo matéria, pois quando precisa voltar e cursar a disciplina, já não existe mais.

Com relação à análise do corpo docente percebeu-se que o pioneirismo do curso de turismo da Instituição I trouxe consigo alguns percalços referentes à composição do corpo docente que, diante do seu caráter precursor, teve que trazer profissionais de outras áreas para a construção e desenvolvimento do curso. Nesse sentido, havia muito professor de áreas distintas ministrando disciplinas específicas do curso de turismo.

No entanto, essa realidade foi se modificando a partir do momento em que se formaram turismólogos aptos a ministrarem essas disciplinas apresentando, sem dúvida, um distanciamento da situação da falta de qualificação do corpo docente enfrentada no passado.

No que se refere às estatísticas apresentadas do número de candidatos por vaga e número de alunos concluintes, pode-se entender que, certamente, houve uma grande demanda pelos cursos de turismo, principalmente na década de 2000. No entanto, fica evidente que ao longo dos anos essa demanda diminuiu significativamente e, conseqüentemente, o número de alunos concluintes também. Não foi possível definir precisamente quais foram os motivos para essa situação, pois não houve uma investigação nesse sentido, mas sugere-se que a crescente diminuição na demanda pelos cursos de turismo possa ser, principalmente, pela falta de reconhecimento do turismólogo por parte do mercado e pelos baixos salários oferecidos a este profissional.

Relativamente a laboratórios (e.g. laboratório de hotelaria, de agência de viagens, de eventos, etc.), de maneira geral, percebe-se que os cursos de turismo de Belo Horizonte caracterizaram-se por possuir estes espaços de aprendizagem. Já o conhecimento através das ações de pesquisa e extensão aparece, em alguns

momentos, desconsiderado pelos cursos de turismo, tendo em vista que são ações pontuais de alguns professores. Em outras situações, nota-se que existe um significativo investimento do curso e interesse do docente no desenvolvimento dessas ações.

## 6. Considerações finais

O trabalho foi fundado em observações empíricas, estatísticas, legislativas e bibliográficas, num esforço de informação e de compreensão do complexo universo que é a temática do ensino em turismo, considerando os cursos superiores de turismo de Belo Horizonte.

Assim, esta recuperação histórica tem a intenção de apresentar a trajetória dos cursos superiores de turismo de Belo Horizonte e apontar as constantes tentativas dos cursos de ensino superior em turismo de formar um profissional apto e capacitado para atuar no mercado de trabalho. Uma história que, aliás, inicia-se recentemente no país, no início da década de 1970, momento este em que o Brasil sofria as pressões e perseguições da ditadura militar.

Os primeiros cursos de turismo no país surgiram a partir de 1971, através da mobilização de empresários que investiam na educação, com a intenção de formar mão de obra qualificada para atender ao setor de turismo, considerada uma atividade promissora no país.

O período também é marcado pelo retrocesso político vivido pelo regime militar, onde os cursos que promoviam alguma reflexão, crítica ou mudança social não eram bem vistos. Já os cursos de turismo se encaixavam nas 'exigências' do Governo e eram bem adequados, pois criavam um ideário de viagens e de conhecimento a lugares diferentes, mostrando os benefícios que esta atividade proporcionava.

Na exposição sobre as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de turismo fica evidente a imprecisão quanto ao perfil do profissional que as instituições pretendem formar. Diante de diversas

habilidades e competências apresentadas, geram-se dificuldades com relação ao entendimento e reconhecimento da real função do turismólogo por parte do mercado turístico e até mesmo da comunidade acadêmica, causando uma não aceitação deste profissional em decorrência da diversidade de sua formação, algumas vezes até incongruentes.

Tal fato pode levar à reflexão sobre as consequências que esta abrangente e variada proposta possa ter gerado na condução dos cursos de turismo. Será mesmo este o caminho, de uma formação generalista, que direciona o aluno para um perfil diversificado, devendo ter conhecimento das mais variadas e complexas áreas da atividade turística? Ou será que o curso deve formar um aluno mais especializado em determinados setores do turismo? Alguns teóricos sugerem a introdução de campos de especialização nos projetos pedagógicos dos cursos de turismo, o que permitiria uma eficiente preparação do turismólogo para a sua atuação em uma determinada área do mercado turístico.

O fato é que não existe um consenso sobre o perfil mais adequado do turismólogo já que o mesmo pode atuar em diversas áreas. No entanto, o que se propõe é uma reflexão por parte das instituições de ensino, dos cursos de turismo, dos docentes e discentes, *trade* turístico e órgãos públicos no sentido de uma maior discussão acerca do ensino de turismo no Brasil e de qual o seu verdadeiro papel na formação do perfil mais adequado para atender ao mercado turístico.

No que concerne às mudanças ocorridas nos cursos de turismo observou-se aquelas referentes aos currículos, ao corpo docente, ao número de candidatos por vaga, alunos concluintes e laboratórios de aprendizagem. Evidenciam-se as constantes alterações de carga horária, de disciplinas, de nomenclaturas, dentre outras nos currículos dos cursos, especialmente numa tentativa de se adequar às necessidades do mercado. Em se tratando do corpo docente, observa-se que a maioria das disciplinas específicas são ministradas por turismólogos, realidade diferente encontrada no início da criação dos cursos.

Com relação ao número de candidatos por vaga e número de alunos concluintes, tem-se uma redução significativa da demanda pelos cursos de turismo e, conseqüentemente, um número reduzido de concluintes. Já os laboratórios de aprendizagem, como os de hotelaria ou agências de viagens, existem de forma satisfatória nos cursos de turismo.

Por fim, as considerações aqui apresentadas não apontam nenhum fim definitivo para as questões analisadas, mas demonstram a reivindicação para uma reflexão sobre a falta de articulação dos cursos superiores em turismo no que se refere à formação do profissional para atender as demandas do mercado de trabalho, tornando-se imprescindível verificar o verdadeiro papel do ensino em turismo através dos aspectos levantados. Pelo contexto exposto, estudos nessa direção devem continuar com o objetivo de identificar novas respostas e propostas para os cursos de ensino superior em turismo.

## Referências bibliográficas

- Barreto, M. (2001). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. São Paulo: Papyrus.
- Barreto, M., Tamanini, E., & Silva, M. I. (2004). *Discutindo o ensino universitário de turismo*. São Paulo: Papyrus.
- Convention & Visitors Bureau. Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://www.bhcvb.com.br>
- Figueira, V., & Dias, R. (2011). *A responsabilidade social no turismo*. Lisboa: Escolar.
- Fonseca, M. M. (2005). *Políticas para o ensino superior de turismo: Um estudo numa instituição de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Grosso, L. A., & Candioto, M. F. (2006). *Turismo – Viajar, incluir, humanizar: pesquisas e reflexões*. São Paulo: Cabral.
- Machado, F. A. (2006). *Atuação profissional e percepção das IES pelos egressos dos cursos de turismo no município de Belo Horizonte–MG*. Dissertação de Mestrado, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte.
- Matias, M. (2002). *Turismo: Formação e profissionalização*. São Paulo: Manole.
- Matias, M. (2005). Panorama da formação profissional em turismo e suas relações com o mercado de trabalho no Brasil. In L. G. G. Trigo (Ed.), *Análises regionais e globais do turismo brasileiro* (pp. 181-197). São Paulo: Roca.
- Parecer CFE n.º 35/1971, de 28 de janeiro de 1971. Ministério da Educação. Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://www.mec.gov.br>
- Portaria n.º 738 de 26 de maio de 2000. Diário Oficial da União. Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://portal.estacio.br/media/3369977/ppc-mkt-fesbh-finalizado.pdf>
- Resolução CFE (s.n.º), de 28 de janeiro de 1971. Ministério da Educação. Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://www.mec.gov.br>
- Ministério da Educação [MEC] (2005). *Anteprojeto de lei da educação superior*. Ministério da Educação. Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://www.mec.gov.br>
- Resolução n.º 13 de 24 de novembro de 2006. Ministério da Educação. Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://www.mec.gov.br>
- Resolução n.º 2 de 18 de junho de 2007. Ministério da Educação. Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://www.mec.gov.br>
- Ministério da Educação [MEC] (2013). *Crescimento do turismo no Brasil*. Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://www.mec.gov.br>
- Ministério do Turismo [Mtur] (2013). Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://www.turismo.gov.br>
- Petrocchi, M. (2001) *Gestão de pólos turísticos*. São Paulo: Futura.
- Santos, M., & Silveira, M. L. (2000). *O ensino superior público e particular e o território brasileiro*. Brasília: ABMES.
- Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais [SETUR]. Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://www.turismo.mg.gov.br>
- Silva, V. J. (2003). O turismo e o terceiro setor. In M. Bahl (Ed.), *Perspectivas do turismo na sociedade pós-industrial* (pp. 59-70). São Paulo: Roca.
- Trigo, L. G. G. (2009). A importância da educação para o turismo. In B. H. G. Lage & P. C. Milone (Eds.), *Turismo: Teoria e prática* (pp. 243-255). São Paulo: Atlas.
- Resolução n.º 11/2001, de 23 de agosto de 2001. Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais. Acedido em 15 de janeiro de 2014, em <http://www.ufmg.br>